

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni - Maio de 2018

ENTRE A CRUZ E A ESPADA

¹Wallace Gomes Moraes; ²Marcelia Aguiar Ferreira; ³Cassio Gonçalves Sena;
⁴Zilá da Silva Oliveira

Resumo

Os fatos históricos que normalmente são referido com maior importância, são aqueles que guardam estreita proximidade com a classe dominante à época. É praxe que as narrativas busquem um só lado, até mesmo para que se evitem confrontos ideológicos que possam causar melindres. Existem versões diferentes para um mesmo fato e/ou existem fatos que muitas vezes são ignorados ou suprimidos em função do interesse e das crenças de quem os contam. Já dizia meu grande mestre Oillian José “que a história permite e devem ser revisitada e estudada, pois sempre haverá possibilidade de se conhecer detalhes que ficaram obscuros ou que não correspondam à verdade”. Assim, a proposta do presente artigo é analisar com uma visão crítica fatos acontecidos na época da colonização da região e as situações conflituosas entre os indígenas, os colonizadores e os padres capuchinhos.

Abstract

The historical facts that are usually referred to with more importance are those that hold close proximity to the ruling class at the time. It is usual that the narratives seek only one side, even to avoid ideological confrontations that may cause misery. There are different versions for the same fact and / or there are facts that are often ignored or suppressed depending on the interest and beliefs of those who tell them. My great master, Oillian José, said that "history allows and must be revisited and studied, because there will always be the possibility of knowing details that have become obscure or that do not correspond to the truth." Thus, the purpose of this article is to analyze with a critical view facts that occurred at the time of the colonization of the region and the conflictive situations between the indigenous, the colonizers and the Capuchin priests.

A história revisitada

¹ Administrador, Professor da UNIPACTO, Membro Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri; moraes.wallace@bol.com.br

² Administradora; especialista em Comunicação e Marketing RH. Mestranda em Administração Pública pela UFVJM, professora na Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni, email: marceliaaguiar@hotmail.com

³ Graduado em Matemática e Física, Mestre em Tecnologia e Sociedade pela UFVJM, professor na Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni, cassiosena@gmail.com

⁴ Administradora, professora na Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo, email: zyla.oliveira@hotmail.com

Normalmente os fatos históricos que merecem mais importância são aqueles que guardam estreita proximidade com a classe dominante à época. É praxe que as narrativas busquem um só lado, até mesmo para que se evitem confrontos ideológicos que possam causar melindres.

Tanto é verdade que na cidade de Itambacuri, seus habitantes, caso sejam indagados, prestarão informações entusiasmadas sobre os dois frades capuchinhos fundadores da cidade. O monumento erigido na praça central dá ideia de quanto são idolatrados. São como guardiães da memória coletiva, dos tempos da fundação da cidade, reafirmando a parte selecionada da história e tudo que se ouviu a respeito deles, perpetuando assim, o imaginário popular.

É comum ouvir de pessoas mais velhas a narração emocionada da história da cidade, atribuindo valores épicos aos feitos dos dois capuchinhos ficando evidenciado a força, o prestígio e o carisma dos missionários que fundaram a cidade. O eminente historiador Serafim Ângelo da Silva Pereira chegou a dizer que “ eles foram predestinados por Deus às mais santas e duradouras incumbências de evangelizar os pagãos, trazendo-os à luz do conhecimento ocidental”.

Por outro lado, as histórias ligadas aos indígenas, aos trabalhadores nativos e mestiços do aldeamento, são sempre contadas de forma genérica e pobre em detalhes. É impossível deixar de lado a participação importante dos nativos, conhecendo e valorizando a história desse povo. Em raros casos encontramos alguns que se reconhecem e se orgulham de sua descendência. Sem dúvida alguma, esse detalhamento não existe porque não se têm conhecimento.

Poucas famílias se reconhecem como descendentes dos nativos aldeados no século XIX e tem orgulho disso. Observa-se que os valores, crenças e costumes dos nativos, foram dizimados e suas memórias apagadas na construção da história de Itambacuri, mesmo porque, desde os tempos de escola, vive-se a história da cidade de Itambacuri a partir do engrandecimento dos frades capuchinhos.

Existem versões diferentes para um mesmo fato e/ou existem fatos que muitas vezes são ignorados ou suprimidos em função do interesse e das crenças de quem os conta. Já dizia meu grande mestre Oillian José “que a

história permite e deve ser revisitada e estudada, pois sempre há possibilidade de se conhecer detalhes que ficaram obscuros ou que não correspondam à verdade”.

Por isso quando se pretende difundir relatos históricos tentando eliminar ou corrigir versões e interpretações distorcidas, busca-se na verdade eliminar visões preconceituosas que escondem atos e fatos políticos, econômicos e culturais, significativos para a compreensão do que outrora foi construído.

Exemplo disso foi o que ocorreu com os grupos nativos, existentes em nossa região, que com raras exceções eram taxados como selvagens bárbaros, incultos, necessitados da misericórdia cristã e dos benefícios do desenvolvimento luso-brasileiro. Mesmo sendo atores importantes do processo da historiografia local, ao relegá-los a um plano inferior, muito se perdeu no contexto histórico.

O fato é que durante o período colonial, várias guerras foram travadas entre os nativos, chamados de botocudos, e os colonizadores. Em 1755, já havia registro de ataque dos botocudos às populações luso-brasileiras na região de Minas Novas, causando grandes danos sobre os colonizadores. Nestas ocasiões, como sempre acontecia, após o ataque dos indígenas, os colonizadores usavam de força para reprimi-los, com episódios marcados pela violência e muitas mortes.

No processo de colonização da região ocorreram inúmeros conflitos entre os colonizadores e os indígenas que habitavam a densa floresta. Enquanto os colonizadores queriam se apossar das terras virgens, os indígenas que habitam a região, em busca de defesa de seu território, atacavam esses colonos com as armas primitivas que detinham. É de se imaginar que sempre eram subjugados pelas armas mortíferas de seus oponentes. Na verdade, os indígenas, desde a época dos bandeirantes, foram vítimas de genocídio, através da guerra aberta, armas ou doenças intencionalmente provocadas, levando tribos inteiras à extinção.

Após várias tentativas de redução e imposição cultural aos índios foi declarada a "Guerra Justa" através das Cartas Régias, com o objetivo de desocupar as terras e garantir a presença dos colonizadores para as práticas extrativistas e mercantis.

Buscando referência nos apontamentos históricos do Brasil, encontramos uma coincidência interessante em relação a data de 13 de maio, que marcou dois eventos importantes. O primeiro deles, mais conhecido e famoso, ocorreu em 1888 com a assinatura, pela princesa Isabel, da Lei Áurea, que extinguiu a escravidão no Brasil. O outro, bem menos conhecido, aconteceu 80 anos antes em 13 de maio de 1808, quando o príncipe regente D. João (bisavô da princesa Isabel) assinou uma carta régia onde ordenava a guerra contra os índios botocudos, que habitavam o território brasileiro, mais especificamente o nordeste de Minas Gerais, o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo, região até então desconhecida.

Considerados como uma ameaça ao processo de colonização, os botocudos passaram a ser alvos das investidas desses colonizadores de forma sórdida, sistemática e cruel. Esses nativos, chamados de botocudos, por usarem discos de madeira no lábio inferior e nos lóbulos das orelhas, para expandi-los, eram nômades, caçadores e coletores e caracterizavam-se pela extrema belicosidade e selvageria, segundo os colonizadores.

A carta régia inclusive atribuía a eles a prática da antropofagia, ora assassinando os portugueses e os índios mansos por meio de ferimentos, do qual sorviam depois o sangue, ora dilacerando os corpos e comendo os seus restos. Essa imagem selvagem e sanguinária de canibalismo a eles associada nada mais era, segundo estudiosos, uma forma de justificar a guerra contra eles e até mesmo o seu extermínio, em prol do domínio das terras ocupadas.

ESPINDOLA (2005) ressalta que no discurso oficial dos memorialistas, a cada menção do termo “botocudo” seguiam adjetivos qualitativos como “sedentos de sangue humano”, “bárbaros antropofágicos”, “ferozes monstros”, dentre outros. Mesmo que a documentação não confirme, essa pecha, serviu como grande argumento para a chamada “guerra justa” empreendida contra eles, pelos colonizadores.

Certo é que após o declínio do ciclo do ouro em Minas Gerais, os portugueses se voltaram para a exploração das terras no interior do país, para aumentar as fronteiras da civilização bem como incentivar a produção de víveres para alimentar a corte e a abertura de estradas para transportá-los. Neste cenário, as terras do nordeste de Minas, então cobertas de exuberante mata atlântica, passou a ser o alvo e o objetivo dos colonizadores.

Havia apenas um, porém. Estas terras abrigavam os temidos botocudos. Sendo assim a guerra seria o meio mais eficaz e rápido de acabar com eles. Utilizando-se da pólvora e do aço, além da estratégia das armas biológicas -roupas e cobertores impregnados de vírus de varíola eram deixados na floresta para uso e contaminação dos índios, contra as primitivas flechas, não demorou muito para que vencessem as batalhas. Os sobreviventes eram escravizados sem nenhum pudor humano.

Os indígenas mesmo contrários ao processo de aldeamento e demonstrando uma resistência tenaz, foram aldeados por militares, diretores leigos e missionários em vários pontos dos atuais estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo a partir da decretação da Guerra Justa autorizada pelo governo português através das Cartas Régias de 13 de maio, 24 de agosto e 2 de dezembro de 1808 assinadas no Rio de Janeiro pelo Príncipe Regente D. João. Embora as três Cartas Régias se referissem especificamente à capitania de Minas Gerais, as suas deliberações foram estendidas às capitanias da Bahia e Espírito Santo no mesmo ano para atender às solicitações de seus governadores.

As Cartas Régias estabeleciam o estado de guerra contra os índios botocudos, acusados de praticarem o canibalismo. Escrita no mesmo ano em que se deu a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, a Carta Régia estabelecia que a luta contra os indígenas deveria estender-se até que os civilizados se tornassem senhores das habitações selvagens, e que estes últimos reconhecessem a superioridade das armas reais.

A primeira Carta Régia determinava a guerra ofensiva aos Botocudos de Minas Gerais por considerar que os mesmos eram irredutíveis à civilização e que a guerra de caráter defensivo não surtia os efeitos desejados no tocante a garantir a expansão da conquista naquela capitania. A segunda autorizava o Governador e Capitão General da mesma capitania a criar uma tropa especializada no combate a índios para viabilizar a guerra ofensiva determinada na Carta Régia anterior. Já, a terceira estabelecia planos acerca de como promover a educação religiosa dos índios e seu efetivo controle como forma de viabilizar a navegação dos rios e os cultivos dos terrenos ocupados pelos botocudos.

Com a declaração da Guerra Justa contra os indígenas, que segundo a corte, estariam inviabilizando os projetos desenvolvimentistas de interesse nacional para a região, o objetivo era ocupar as terras, onde se encontravam os índios, foi criada uma manobra militar, uma política de militarização para combater os botocudos, especificadas na Carta Régia.

No bojo desse plano, o Príncipe autorizava o confisco das terras ocupadas por esses grupos, que passavam a ser consideradas como devolutas e deveriam ser distribuídas como sesmarias, particularmente entre os que se destacassem na guerra ofensiva. A esses novos proprietários também era garantido o livre acesso ao trabalho dos indígenas que fossem capturados e receberiam favores no sentido de promover o fomento da agricultura, do comércio e da navegação na região. Os índios aprisionados estariam obrigados a servir aos colonos. Também era prevista a criação de aldeamentos administrados por particulares para educar os índios que se submetessem e se apresentassem dispostos a viver aldeados.

Nesse período, os recursos naturais da Mata Atlântica e conseqüentemente as terras virgens passaram a definir a trajetória de índios, aventureiros, camponeses, deserdados, agregados e fazendeiros, que deixaram para trás terras perdidas ou esgotadas e buscavam na nova fronteira agrícola a abundância e riqueza.

A movimentação dos colonos para abrir as matas, a guerra aos índios, as relações difíceis entre fazendeiros e agregados e as doenças tropicais deram o tom a esse período histórico. Essas guerras travadas nessas terras entre os botocudos e os colonos ficaram conhecidas até na Europa. O contato entre os colonos e os botocudos foi muito forte e traumática, chegando mesmo a se pensar que as diversas nações botocudas fossem consideradas dizimadas.

Além do respaldo legal havia o apoio amplo e irrestrito ao genocídio das populações indígenas (os comandantes envolvidos na guerra tinham seus soldos acrescidos na proporção numérica das mortes e capturas de índios), legitimando-se e estimulando-se a sua escravização pelos conquistadores.

Como forma de legitimar ainda mais as atrocidades cometidas contra os indígenas, apegavam ao relato de pessoas que asseguravam a existência da prática da antropofagia entre esses índios. Em 1809, um documento

apontava a existência de ossadas como testemunho "dessa abominável comida". Ao criarem a imagem de que os botocudos eram temíveis, cruéis, vingativos, guerreiros, animais e, sobretudo, canibais, justificava-se assim seu desaparecimento e a vitória dos valores ocidentais.

Desde os primeiros contatos, ainda no século XVI, esses indígenas foram acusados de antropofagia. Tanto assim que o Vice-Governador da Província de Minas Gerais, Francisco José de Santa Apolônia, em 1827, refletindo o pensamento da época, fez a seguinte citação:

Permita-me V. exma. refletir que de tigres só nascem tigres; de leões, leões se geram; e dos cruéis Botocudos (que devoram e bebem o sangue humano) só pode resultar prole semelhante

Com o fim da chamada Guerra Justa por volta 1823, o francês Guido Thomaz Marlière assumiu o cargo de inspetor de todas as Divisões Militares do Rio Doce, com a missão de contatar e pacificar os nativos. O francês acreditava que a "civilização" dos nativos só seria concretizada a partir da incorporação dos mesmos na sociedade nacional. Com isso, incentivava casamentos de índios e não índios. A tentativa era a de integrar totalmente os indígenas à sociedade não indígena, através da miscigenação. Entretanto, essa atitude de Marlière não foi bem aceita pelos colonos, que continuavam com as manobras militares. Em função disso, anos depois Marlière foi afastado do cargo. O governo imperial realizou várias tentativas de pacificação, até com missionários Capuchinhos.

O universo botocudo, é descortinado e o isolamento dos nativos começa a ser rompido em meados do século XIX através do encontro com o mundo civilizado, encontro este que, por tantas diferenças, causou estranheza para ambas as partes. Essa situação desencadeou uma relação de interesses opostos: de um lado o índio, passando a entender o branco como invasor de seu espaço; por outro lado, o branco, ao reconhecer os índios como indivíduos inseparáveis das terras que habitam, passando a identificá-los como um obstáculo ao desenvolvimento e aos interesses do projeto de colonização e integração das terras mineiras ao Império brasileiro.

No ano de 1836, o presidente da província de Minas, desembargador Antônio da Costa Pinto determinou que fossem exploradas as

matas compreendidas pelos vales do Rio Mucuri e Rio Todos os Santos, com o intuito de escolher um lugar em que pudesse estabelecer uma colônia para abrigar degredados e vagabundos.

Para dar início a este trabalho foi encarregado, o Eng. Pedro Victor Renault, que partiu de Ouro Preto, em 22 de junho, com destino à Minas Novas, onde se concentrariam os preparativos para a exploração. Após o mapeamento superficial da região os conquistadores passaram a explorar a madeira para construções, lenha para suas casas, desmatando e realizando queimadas e abrindo áreas para plantio agrícola ou pastagem dos animais de carga e transporte.

A região passava-se assim a ser percorrida por uma legião de novos personagens: soldados, negros escravos e alforriados marginalizados pela sociedade imperial, naturalistas, engenheiros, fazendeiros, autoridades policiais e imigrantes de várias partes do mundo (chineses, madeirenses, franceses, suíços, austríacos, belgas, holandeses, prussianos) e padres capuchinhos contratados pelo governo,

No relatório que Dr. Renault apresentou ao governo da província exaltava a fertilidade das terras do Mucuri bem como a sua salubridade, relatando também as condições de navegabilidade do Rio Mucuri, da foz com o Rio Todos os Santos, até a sua desembocadura no mar, e suas vantagens, citando como obstáculo maior o grande número de bugres bravios, habitantes nativos na região, o que motivou o início de debates na Assembleia Provincial de Minas e na Câmara dos Deputados, sobre o que fazer com o nordeste mineiro, região de mata e selvícolas.

Até o ano de 1840, as missões estrangeiras estavam proibidas de entrar no país. Somente quando há o retorno das ordens religiosas para o Brasil, a partir de um acordo entre o governo brasileiro e a Santa Sé Romana é que elas começaram a ter livre acesso ao território.

Assim, os indígenas dessa região, considerados no século XIX, de selvagens, antropófagos, sanguinários, violentos dentre outras denominações, foram tendo gradativamente seus costumes, crenças e rituais modificados. A criação dos Aldeamentos, enquanto um espaço pensado para a catequização e domesticação dos indígenas, tinha como base fundamental o discurso civilizador dos costumes através da instrução à fé católica. Este processo se

deu através de um acordo entre Igreja (Ordem Franciscana dos Padres Capuchinhos Menores) e Estado no ano de 1840.

A vinda oficial dos frades capuchinhos caracteriza esse período de revigoração das missões religiosas, e com eles a tarefa de aprimorar a catequese e civilização dos indígenas, como previsto no decreto nº 426, em seu artigo 6º, de 24 de julho de 1845.

Art. 6º Haverá um Missionário nas Aldeias novamente criadas, e nas que se acharem estabelecidas em lugares remotos, ou onde conste que andam Índios errantes. Compete-lhe:

§ 1º Instruir aos Índios nas máximas da Religião Católica, e ensinar-lhes a Doutrina Cristã.

§ 2º Servir de Pároco na Aldeia, e seu distrito, enquanto não se criar paróquia.

§ 3º Fazer o arrolamento de todos os Índios pertencentes a Aldeia, e seu distrito, com declaração dos que moram nas Aldeias, e fora delas; dos batizados, idades e profissões; e dos nascimentos, e óbitos, e casamentos: para o que lhe serão fornecidos os livros pelo Bispo Diocesano, pela caixa das Obras Pias.

§ 4º Dar parte ao Bispo Diocesano, por intermédio do Diretor Geral da Província, do estado espiritual da Aldeia; representando as necessidades que encontrar e apontando as providencias que lhe parecerem mais próprias para ocorrer a elas.

§ 5º Representar ao Diretor Geral, por intermédio do da Aldeia, a necessidade que possa haver de outro Missionário, que o ajude, principalmente se houver nas vizinhanças Índios errantes, que seja mister chamar á Religião e sociedade.

§ 6º Ensinar a ler, escrever e contar aos meninos, e ainda aos adultos, que sem violência se dispuserem a adquirir essa instrução.

§ 7º Substituir ao Diretor da Aldeia, quando esteja impedido o Tesoureiro, e nos casos, em que este o pode substituir

Este decreto nº 426, que instituía o Regulamento da Catequese e Civilização dos Índios, propunha a civilização e conversão dos selvagens, utilizando-se para isso, de métodos pacíficos e mais brandos, recomendando-se a atração e persuasão destes e evitando-se a força das armas. A civilização e a incorporação do nativo à sociedade brasileira e a ocupação de suas terras viriam a ser a mola mestra desse período. Para isso deveriam contar com a ajuda importantíssima dos missionários católicos, especialmente os frades da ordem dos capuchinhos, importados da Itália pelo Segundo Reinado brasileiro.

No entanto, muitas províncias, inclusive Minas Gerais no século XIX, ainda não contavam com muitos missionários, gerando muitas reclamações por parte dos diretores dos aldeamentos, notadamente com

relação à falta de religiosos nesses espaços, criando empecilhos para o governo provincial e para o Império, uma vez que não estava obtendo os resultados esperados. Enquanto isso, os entraves entre os indígenas e colonizadores continuavam a acontecer, trazendo a morte grande número de indígenas.

Tanto assim, que o barão Johann Jakob von Tschudi, naturalista suíço que visitou a região por volta de 1860, escreveu: "Os portugueses adotaram os meios mais infames para atingir esse objetivo. Nenhuma nação europeia se rebaixou tanto para manchar seu nome e sua honra como Portugal".

Essa insidiosa prática de extermínio sistemático ia acontecendo sem nenhum constrangimento ou remorso. Matavam os índios, depredavam a mata virgem no afã de buscar e tomar posse de nova terras. Assim, o nordeste mineiro não fugiu à costumeira prática de hostilidade entre índios e colonizadores gerando massacres e emboscadas. Uma solução urgente teria que ser encontrada para que pudesse pôr fim aos conflitos predominantes nas matas entre índios e fazendeiros, e que contribuísse para o desenvolvimento regional e ampliação das fronteiras do Estado brasileiro.

Após seis anos, não tendo os governos da província e do império tomado qualquer iniciativa, Theóphilo e Honório Benedicto Ottoni submeteram à consideração do governo imperial um "memorandum" para o estabelecimento das condições de incorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri, que se denominaria Cia do Mucuri, com a resolução para a sua criação sendo assinada a 31 de maio de 1847 pelo Governo Imperial.

Esse período de colonização do Vale do Mucuri, ocorre num momento de transformações no contexto socioeconômico do Brasil, com a vinda de capitais ingleses e seu modelo empresarial, a mudança do ciclo agroexportador, a imigração europeia e a introdução do sistema de parceira na lavoura do café. Neste rumo, ocorrem mudanças na estrutura agrária com a edição da Lei de Terras, em 1850, o que implicaria no interesse das terras ocupadas pelas populações indígenas desta região.

Diante dessa circunstância, Theóphilo Ottoni decidiu então construir uma estrada, utilizando para isso a mão de obra de mestiços, indígenas e negros. Entretanto, a mesma se tornou inviável devido a doenças, como a

malária e outras febres palustres que grassava na região além dos ataques indígenas.

O fato é que em 1858, Teófilo Otoni, em sua empreitada colonizadora chegou a relatar uma série de procedimentos que estavam sendo empregadas na guerra contra os indígenas, tendo como origem a Carta Régia de 1808, considerada por Otoni como sendo o prenúncio de um verdadeiro genocídio. Essas práticas e rotinas foram relatadas por Otoni, inclusive descrevendo de forma pormenorizada como “matava-se uma aldeia”, denominando-a inclusive como método da “capivara”, numa analogia à forma como acontecia a caçada a este animal.

Os procedimentos eram: a) cães especialmente treinados na caça aos Botocudos, alimentados inclusive com carne de indígenas assassinados; b) bandeiras especialmente preparadas para 'matar uma aldeia', assassinando-se indiscriminadamente homens, mulheres, velhos, moços, reservando-se apenas as crianças para o tráfico e alguns homens para carregadores; c) índios recrutados como soldados estimulados a cometerem violências contra os Botocudos, dando provas de renegar suas origens; d) comércio de crianças – 1kuruka valendo uma espingarda - e de cabeças de Botocudos mortos em combate - dezesseis delas foram vendidas a um francês que disse tê-las comprado para o museu de Paris ; e) índios sob o regime de trabalho escravo, espoliados de suas terras, doentes e mal alimentados; f) contaminação proposital de comunidades inteiras através de agentes patogênicos letais para o indígena - sarampo, por exemplo. (MARCATO, 1979 apud MATTOS, 1996).

A partir de 1869, com a chegada do Diretor-Geral dos índios em Minas Gerais, capitão Antônio Luiz de Magalhães Mosqueira, uma nova fase se inicia e os relatórios de presidente da província apontam para um novo modelo e sistematização do serviço de aldeamentos. Entre os objetivos propostos pelo diretor geral, três são preponderantes: utilizar o modelo jesuíta, manter uma ação civilizadora sistemática e contínua e o uso da religião como meio de chamar os índios de forma pacífica para os novos aldeamentos.

O método mais brando desta catequização, Mosqueira atribuía à Guido Thomaz Marliere, militar francês que exerceu o cargo de diretor geral dos índios do Rio Doce, cuja célebre frase “ É preciso domar os índios com

bala de angu” se tornou famosa por sua crítica à guerra aos índios ditos “selvagens” feita a partir da Carta de 1808.

Já quanto ao modelo das missões jesuítas, Mosqueira buscou a forma como estas organizavam suas aldeias, não em pequenos espaços, com número reduzido de indígenas, mas a partir de grandes extensões de terras, que poderiam abrigar o maior número de tribos dispersas.

A insatisfação por parte do presidente da Província de Minas Gerais, o Sr. José Maria Correia de Sá e Benevides, no ano de 1870, era notório. Em relatório à Assembleia Legislativa acerca da situação em que se encontrava a questão indígena no Estado deixa transparecer essa profunda insatisfação, uma vez que os índios continuavam vagando pelas matas. Contudo, aponta para uma solução possível para a prosperidade e desenvolvimento da catequese, considerada como serviço público. A solução estaria na religião, no Cristianismo e precisamente nas missões.

Para tanto, o presidente da província Sr. José Maria Correia de Sá e Benevides, elaborou novas determinações que deveriam ser seguidas com o intuito de se obter mais informações acerca dos aldeamentos. Com essas determinações, a Diretoria Geral dos Índios, com sede em Ouro Preto, buscava conseguir dos diretores dos aldeamentos informações mais precisas sobre a situação dos indígenas, dentro e fora dos aldeamentos, pois a que chegavam até ele, eram muito vagas e escassas. Além da falta de dados acerca da situação das aldeias e do número de índios dispersos pelas matas, a repartição responsável pela questão indígena reclamava nos relatórios da falta de missionários e verbas para esse serviço público.

As reclamações contra o velho sistema utilizado para tirar os índios das matas, que se baseava na distribuição de presentes e ferramentas nas aldeias, era constante nos relatórios da Diretoria Geral dos Índios. O velho método não era eficiente, uma vez que não se conseguia mudar a natureza nômade do índio, que logo voltava para a mata e para seus hábitos de caça. Era hora de mudar as estratégias de catequização.

Neste ambiente hostil e belicoso, é bem verdade, surgiram algumas poucas experiências que tentavam através do contato amigável, catequizar os índios e até mesmo domestica-los sob o manto sagrado da religião. Não os matavam fisicamente mas incutiam novos conceitos que os

matavam culturalmente, levando inexoravelmente à extinção de várias nações indígenas.

O modelo proposto previa a criação dos 6 aldeamentos centrais em Minas Gerais, a partir da lei provincial nº 1921 de 19 de julho de 1872. No entanto, apenas três saíram do papel, o de Itambacuri no Vale do Mucuri e do Poaia e Ituetto no vale do Rio Doce. Mosqueira colocava que na sua concepção, os indígenas eram como crianças selvagens e por isso mesmo deviam ser tutelados até que alcançassem a fase adulta civilizada. Em sua narrativa enfatizava o papel dos aldeamentos como espaços de civilizados, onde as relações entre índios, missionários e brasileiros deveriam convergir para uma mudança de hábito, a partir da domesticação do seu espaço, seu território e do seu corpo.

No entanto, tais expectativas esbarravam em vários problemas, como a não aceitação dos índios à dominação, da falta de verbas para manter tais aldeamentos e dos interesses contrários à catequese, vindo dos colonos e fazendeiros. A tentativa do governo Provincial e Imperial de mudar as relações estabelecidas com os índios, marcadas por séculos de violência e guerras, não seria tão tranquila e pacífica como se esperava.

A partir da criação da Companhia de Comércio e Navegação, fundada pelo político liberal Theófilo Benedicto Ottoni, na segunda metade do século XIX, a região do Mucuri passa a fazer parte de um propósito maior quanto a integração nacional da região, no mundo dito civilizado, já que esta região foi uma das últimas a conhecer o avanço da civilização.

O governo tinha pressa em enviar missionários para ajudar a resolver uma séria situação que envolvia os índios da região do Mucuri, em Minas Gerais. Os missionários seriam responsáveis por chamar os índios da mata ao convívio da civilização e acabar com os repetidos massacres e incursões que espalhavam o terror.

O Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas – Barão de Itaúna – através da portaria baixada em 7 de junho de 1872, comunicou ao Revmo. Comissário-geral dos missionários capuchinhos, Frei Caetano de Messina, a nomeação e requisição de dois novos missionários- Frei Serafim e Frei Ângelo – que receberam as cartas obedienciais, discriminando as respectivas atribuições.

Alguns dias depois os missionários seguiram para Ouro Preto, então capital de Minas Gerais, onde receberiam instruções do diretor-geral de proteção aos índios, Sr. Brigadeiro Antônio Luís de Magalhães Mosqueira. Providos de boa tropa e do necessário para a viagem, seguiram rumo a Filadélfia, hoje Teófilo Otoni, acompanhados pelo Sargento Torquato e por mais dois mestres. O itinerário a ser seguido era: Mariana – Morro do Pilar – Santa Maria de São Félix - Capelinha – Filadélfia.

Para pôr em prática este propósito de desbravar as matas, desta região, ainda intocadas pela mão do homem civilizado, várias incursões e tentativas já haviam sido feitas. Muitos já haviam tentado. Desde fins do século XVIII, foram contabilizadas várias aventuras frustradas diante do ambiente inóspito que se apresentava. Muitos aventureiros perderam-se pelas matas fechadas, outros foram vítimas do consumo de plantas venenosas desconhecidas, por inanição e doenças tropicais e ainda por sofrerem ataques dos índios, cuja fama era de antropófagos.

A busca da integração dessa região e de seus habitantes nativos impunha um trabalho árduo de conversão não apenas religiosa, mas também de costumes do homem selvagem. Isso não seria fácil. Não faltavam relatos de confrontos entre fazendeiros e índios, ocorrendo mortes, escravidão e matança de gado. Essa situação dava suporte às ideias dos colonizadores quanto a necessidade de buscar de todas as formas ocupar as terras a qualquer custo, mesmo porque havia a intenção não só de ocupar as terras como também de aproveitar a mão de obra do nativo.

Para isso a presença dos capuchinhos seria imperiosa, pois através da catequese destes indígenas, seria imposta uma disciplina baseada nos costumes da sociedade cristã civilizada, utilizando –se para isso a persuasão dos argumentos da devoção e da fé. Nos aldeamentos missionários, era nítido o objetivo de desagregar os valores da sociedade nativa e paralelamente inculcar os ditos costumes civilizados. A firmeza, o carisma e a determinação desses missionários fizeram com que surgisse o aldeamento de grupos nativos que daria origem a cidade de Itambacuri, fundado pela subordem franciscana dos Capuchinhos no final do século XIX. O aldeamento Nossa Senhora dos Anjos do Itambacuri cumpria o ideal de civilização através da evangelização.

O aldeamento de Itambacuri fundado pelos missionários capuchinhos, viria a se constituir na mais importante ação de evangelização, servindo como modelo para a existência de outros. Nesses aldeamentos havia a clara intenção de fomentar a adoção por parte dos indígenas dos valores cristãos, abandonando sua herança cultural, língua, suas tradições e rituais.

Entretanto, a guerra de extermínio continuava a ser mantida com maior perseverança e crueldade. Houve até pessoas desumanas que fizeram a tentativa de exterminá-los lançando mão de roupas contaminadas com pústulas de varíola, a fim de que eles espalhassem entre os seus a terrível doença. Relatos dão conta que muitas emboscadas foram feitas com o intuito de massacrar os índios. Embora os frades capuchinhos dispunham de boa vontade e buscavam catequizar-los, levando-os para os aldeamentos, muitos fazendeiros não estavam dispostos a esperar que tal fato acontecesse.

Outros procedimentos também apressaram o extermínio: o trabalho forçado, com transferência dos índios de seu habitat; o recrutamento de jovens índios para as tropas e o intenso comércio e distribuição de filhos de índios apanhados no mato, principalmente por ocasião das expedições punitivas, roubados ou comprados.

O trabalho missionário tinha, entre outros objetivos, o de amainar os ânimos e as relações entre os colonos dos empresários da família Otoni, desbravadores das matas do Mucuri e os grupos nativos botocudos. O trabalho dos missionários seria essencial para o desenvolvimento pretendido para a região com a criação da Companhia do Vale do Mucuri.

Neste contexto fica evidente que movidos pelo que consideravam tratar-se de “obra de Deus”, os frades capuchinhos não perceberam que muitas vezes estavam sendo utilizados e manipulados pelo Estado e poderosos da região, movidos pela ganância de adquirirem uma terra que não lhes pertencia.

Embora imbuídos de propósitos nobres em suas atividades civilizadoras, as quais realizavam com grande empenho e abnegação, os frades capuchinhos conseguiam através da miscigenação e evangelização implodir a cultura indígena, resultando na redução drástica desses grupos.

As estratégias de dominação foram variadas e agressivas resultando em um processo de alienação cultural e social resultando em uma notável falta de informações, não apenas por parte da história do cristianismo,

mas também da história geral sobre os povos indígenas no Estado de Minas Gerais, considerando sua importância em relação à história de outros povos no Brasil.

O que ficou são histórias contadas pelas pessoas, normalmente cheias de simbolismo. Um exemplo que envolve tanto a questão religiosa quanto este simbolismo diz respeito a revolta ocorrida em 1893. Segundo a história, tanto oral quanto a que se encontra registrada, houve a tentativa de assassinato dos frades, por parte dos indígenas, cujo fato foi relatado com riquezas de detalhe por Frei Ângelo em PALAZZOLO (1973).

Este fato muitas vezes, na concepção popular é lembrado como sendo um ato sem perdão, por parte dos indígenas, tidos como culpados. Ao acreditarem nesta versão, espalhou-se a crença que eles só teriam perdão quando viesse uma enchente muito grande que pudesse chegar e lavar as manchas de sangue deixadas na escadaria da Igreja.

O fato é que dez anos depois de fundado o aldeamento de Itambacuri, Frei Serafim se referia a ele como um estabelecimento “belo e pitoresco”, com centenas de quilômetros de terras próprias para a agricultura, águas potáveis e clima benéfico, onde a mata cedera espaço para a edificação. Afirmava ainda que o aldeamento tinha a missão de preencher o imenso vácuo de florestas sem habitante “afora os selvagens”, que mediava “a cidade de Teófilo Otoni ao rio Doce, e de São Mateus ao Pessanha, e quiçá não seja esta região a precursora de um esplêndido futuro de extraordinária prosperidade”.

Esses relatos apocalípticos impregnados de simbolismo emolduram a realidade das estratégias de colonização, baseadas no propósito maior do cristianismo e alicerçadas na fé. Os fins eram justificados pelos meios. A colonização dos indígenas se fez sem que houvesse alternativas de escolha. Deveriam incorporar a fé cristã ou enfrentar as carabinas dos colonizadores. Ficariam entre a cruz e a espada.

Referencias

ESPINDOLA. Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. São Paulo: Edusc 2005.

MARCATO, Sônia de Almeida - A repressão contra os botocudos em Minas Gerais. In Boletim do Museu do Índio, Rio de Janeiro: Ministério do Interior/FUNAI, nº1, maio, 1979.

MORAES, Wallace Gomes; Itambacuri: O Vale das Aguas, 1ª Edição, Ed. Ixtlan, 2013

MORAES, Wallace Gomes, Kischem Katak – Nossa Aldeia, 1ª Edição, Ed. Ixtlan, 2018

PALAZZOLO, Frei Jacinto de. *Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce*. 3ª Edição. Companhia Editora Nacional. São Paulo - 1973.